

## RESENHA

DUARTE, Luciano José Cabral. *A natureza da inteligência no tomismo e na filosofia de Hume*. Tradução de Antonio Carlos Mangureira Viana. Edição bilíngüe: português/francês. Aracaju: J. Andrade, 2003. 477 p.<sup>1</sup>

*Marcos César Seneda\**

A obra ora noticiada foi apresentada inicialmente como tese de doutorado à Sorbonne, perante banca de doutorado presidida pelo Professor Ferdinand Alquié (orientador), e da qual participaram os Professores De Gaudillac e Paul Ricoeur. Defendida em 1957, somente em 2003 veio a lume, graças aos esforços do Prof. Edmilson Menezes e dos amigos do autor, que prepararam uma edição bilíngüe sob o patrocínio do Banco de Sergipe (BANESE) e da Empresa Energética de Sergipe (ENERGIPE), oferecendo a obra desse autor sergipano para o público brasileiro.

A obra divide-se em uma polêmica introdução, três grandes partes e uma breve conclusão. A introdução não se destina a apresentar o livro, mas a construir o enquadramento histórico do problema. Percorrendo meio milênio de história do pensamento, em cerca de quarenta páginas (p. 29-70), ela não pode deixar de ser superficial no tratamento de cada tema, no entanto, torna-se bastante instigante do ponto de vista das hipóteses que põe em discussão. Comparados com os múltiplos focos para os quais se dirige a introdução, os capítulos têm uma delimitação rigorosa, examinando temas clássicos da Filosofia, a saber: as ideias abstratas (capítulo I – p. 71-134), o juízo (capítulo II – p. 135-188) e o valor do conhecimento (capítulo III – p. 189-239). Esses temas são utilizados como fios condutores. Por meio deles são comparados, por justaposição, os pensamentos de Tomás de Aquino e David Hume. Disciplinado pelo espírito da proposta, Duarte demarca as

---

\* Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (Mestrado) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: mseneda@ufu.br

<sup>1</sup> Esta resenha apresenta o resultado parcial de um trabalho de pesquisa realizado com o auxílio da Fundação de Apoio à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

aproximações e as incongruências entre as reflexões desses dois filósofos, sem se deixar seduzir por algum tipo superficial e arriscado de síntese autoral. Por esse viés, pode-se também compreender a breve conclusão.

Examinemos então a introdução, instigante e de múltiplos focos. Ela abre-se com uma questão pertinente e intrincada, a saber: pode-se, no percurso da história da filosofia, estabelecer vínculos entre o tomismo e o empirismo? A questão é pertinente, porque no centro do tomismo está uma teoria da sensibilidade, e, assim como em Hume, não há nada na mente que não tenha antes passado pela sensibilidade. E é intrincada, porque desdobrada em duas vertentes de reconhecida importância. De um lado, o autor expande o alcance da questão e, passando por Roger Bacon, Guilherme de Ockham, Francis Bacon, Locke e Berkeley, pergunta-se pela relação entre o empirismo inglês e o tomismo (p. 31-44). De outro lado, o autor cinge-se a Wolff e Kant; mostra, historicamente, a influência de Wolff sobre Kant por intermédio de Franz Albert Schultz (que foi diretor do Colégio Friedrich, frequentado por Kant) e de Martin Knutzen (professor de Kant na universidade de Königsberg) (p. 46-50); e traça as relações entre Wolff e o tomismo (p. 50-54). Quanto à relação entre o empirismo inglês e o tomismo, conclui Duarte que ela se dá por oposição, pois os empiristas nominados sempre recusaram a presença do universal na matéria individual. Quanto à relação entre Wolff e Kant, Duarte pergunta – com todos os difíceis desdobramentos que esta questão exige – se Kant é um discípulo de Wolff, e se Wolff tiver sido tributário de Tomás de Aquino, então o confronto entre o tomismo e o empirismo de Hume já teria ocorrido no pensamento crítico de Kant (p. 67)? Para responder essa questão, o autor examina as divergências significativas entre Tomás de Aquino e Wolff acerca de quatro pontos fundamentais: sobre a natureza da inteligência sobre as noções dos universais, sobre a teoria da ideia e sobre a concepção da verdade (p. 55-65). Conclui Duarte que, se Kant confessa ter sido despertado por Hume de seu sono dogmático – célebre passagem dos *Prolegômenos* –, resta então saber de que dogmatismo se trata. Afirmo o autor que não se trata do dogmatismo tomista, do qual Wolff diverge em pontos fundamentais, acima referidos, mas que o pensamento de Kant repousava então sobre um outro aspecto deste dogmatismo, o racionalismo, recebido de Leibniz por meio de Wolff. Portanto, sustenta,

há ainda que ser feito o confronto entre o tomismo e o empirismo de Hume. É este confronto que será o fio condutor da obra ora noticiada.

O primeiro capítulo apresenta um tema central para se compreender o confronto entre o tomismo e o empirismo: o problema das ideias abstratas. Embora pretenda o autor que esse confronto seja um tanto inusitado, se ampliarmos o foco, perceberemos que ele se enquadra bem dentro de outro debate, a saber, a discussão sobre os universais.

Inicialmente, o autor nos apresenta a posição de Tomás de Aquino, mediante dois procedimentos que denomina “abstração horizontal” e “abstração vertical” (p. 80-89). O primeiro procedimento procura o denominador comum que pode ser encontrado no múltiplo material, como vegetal, por exemplo, pode ser dito de ervas, flores e frutos. O segundo procedimento extrai uma forma de uma matéria determinada, como racional, por exemplo, pode ser dito de homem. Isso se conjuga com os graus de abstração que conformam as ciências especulativas. Desse modo, temos a Física (“[...] quando a inteligência considera como objeto a ‘*materia sensibilis*’, fazendo abstração somente dos indivíduos em que ela se encontra [...]”, p. 86), a Matemática (que opera uma dupla abstração: “abstração da ‘*materia sensibilis comunis*’, que era objeto da ‘Física’, e abstração da ‘*materia inteligibilis individualis*’, p. 87), e a Metafísica, que opera no domínio do ser enquanto ser (p. 88). Após expor esse trajeto, o autor nos apresenta alguns tópicos da teoria do conhecimento de Tomás de Aquino (matéria, sensação, intelecção, papel do intelecto agente, p. 90-102), com o intuito de mostrar a forma tripartite que caracteriza a ideia em seu processo de abstração. O interesse maior do autor é explicitar como a forma, inscrita numa base empírica, migra da coisa para o intelecto sem perder sua identidade. Ou seja, em virtude desse trajeto ontológico, a forma, mesmo estando no intelecto, não perde o seu poder de remissão e não deixa de ser parte da coisa da qual foi abstraída.

Em contraposição a este “realismo empirista” de Tomás de Aquino, Duarte expõe o que poderíamos igualmente chamar de “nominalismo empirista” de David Hume. Para caracterizar a posição de Hume, principia pelo debate entre Locke e Berkeley (p. 104-115). É difícil aqui em poucas linhas traçar o debate entre os três autores, mas podemos circunscrevê-lo afirmando que ele se localiza na fecunda intersecção entre teoria da

linguagem e teoria do conhecimento. Se a posição básica do debate é que todas as ideias advêm dos sentidos, sendo, portanto, todas individuais, torna-se então decisivo responder a seguinte questão: como podemos então pensar utilizando termos como veículos de ideias? A posição de Hume (p. 115-134), tributária de Berkeley, é apresentada no *Tratado* com três argumentos. Primeiro, tudo o que é diferente é separável, ou seja, Hume recusa que hajam conexões ontológicas no empírico que não possam ser rompidas pela operação de composição e decomposição da imaginação. Segundo, nada há na experiência que não contenha graus de quantidade e qualidade. Terceiro, tudo o que existe na natureza é individual (este argumento decorre do segundo), portanto, é impossível que a mente forme qualquer ideia geral a partir das impressões extraídas da experiência. Desse modo, argumenta Hume, quando utilizamos um termo com significado geral, empregamos uma ideia sempre individual, que deve representar uma série de outras ideias particulares subentendidas pelo princípio da semelhança. Essa contraposição leva Duarte a afirmar que, em Tomás de Aquino, “[...] o universal é uma essência (e uma idéia) abstrata, considerada em relação aos singulares onde ela existe ou pode existir de uma forma individual” (p. 129). Por comparação, comenta: “Em Hume, ao contrário, o nominalismo atinge sua expressão mais pura. O universal não está na idéia, [...], mas] no espírito<sup>2</sup>, no sentido em que este, possuindo apenas idéias particulares, classificou todavia essas idéias segundo suas semelhanças e usou uma mesma palavra para servir de título a cada um desses grupos de idéias” (p. 129-130).

O segundo capítulo é conduzido por um problema clássico da teoria do conhecimento: a teoria do juízo. O foco, bastante engenhoso, está na contraposição entre assentimento e crença, ou seja, entre o olhar da inteligência que capta uma forma e conduz o espírito ao assentimento, de um lado, e o ato do juízo que é movido por uma afecção, a crença, de outro.

---

<sup>2</sup> Trata-se de um problema terminológico, não da tese, por certo, mas da língua em que foi escrita. Originalmente redigida em Francês, nela se emprega a palavra “espírito” (*esprit*) em lugar de “mente” (*mind*). A intenção de Hume, ao utilizar o termo “*mind*”, é evitar toda a conotação metafísica. Mas isso deve ficar forçosamente encoberto na bibliografia em língua francesa, uma vez que o francês só dispõe do termo “*esprit*” para fazer a correspondência.

A posição de Tomás de Aquino nos é apresentada por meio de todos os elementos clássicos da teoria da juízo<sup>3</sup>. Desse modo, o autor comenta: a estrutura lógica do juízo, a proposição, o assentimento, a relação entre intelecto e vontade, a relação do juízo com o objeto e com a reflexão (p. 142-160). Um ponto importante da elucidação está na separação entre proposição e juízo, ou seja, entre estrutura lógica e assentimento psicológico. Duarte comenta: “o assentimento será, então, se posso falar assim, a promoção do verbo *ser* de uma função simplesmente de ‘cópula’ a uma judicativa” (p. 148). Como Tomás de Aquino tem uma teoria ontológica da abstração e da obtenção da ideia, podemos então entender que a intelecção ocorra por um ato quase passivo e impessoal, e que o juízo caracterize o momento psicológico, pelo qual a intelecção se torna ato de um indivíduo. Também podemos entender que o juízo possa ser emitido ora pelo intelecto, quando iluminado por uma luz natural que torna sua estrutura compatível com a das coisas, ora pela vontade, que sem a evidência necessária asseve a partir de uma crença ou opinião. Isso possibilita que seja feita uma separação clara entre ciência, de um lado, e opinião e crença, de outro.

É bastante inusitado confrontar a reflexão de Hume com os elementos tradicionais da teoria do juízo, como expostos em Tomás de Aquino. Mas, ao fazê-lo, percebemos como toda a preocupação de Hume se concentra no momento do assentimento, que é extensamente desenvolvido e comentado a partir do problema da crença. Desse modo, Duarte comenta as correlações da crença com as faculdades, as impressões, as ideias e os princípios de associação (p. 161-181). A partir de um comentário de Kemp Smith, o autor procura pensar a relação da crença com “[...] três tipos de juízos, que poderíamos chamar, conservando as expressões da terminologia humeana, juízo experimental, que incide sobre as ‘*matters of fact*’, juízo de *knowledge* [relativo ao que Hume denomina relações de idéias], e juízo de crença (*‘of probability or of belief’*)” (p. 165). A outra dificuldade está em determinar o que produz a crença, e são eliminados, como elementos causadores, a razão e a vontade, restando apenas o sentimento. É claro que

---

<sup>3</sup> Nesse sentido, o livro, por sua exposição detalhada e didática, é bastante recomendado para os estudantes inscritos em uma Graduação de Filosofia, porque reúne as forças de um escrito formativo de muito boa qualidade.

é preciso examinar a correlação da memória e da imaginação com a crença, o que pode ser feito mediante o elemento que Hume denomina hábito, ou seja, sequências de ideias, cuja repetição marca o modo da mente conceber alguma coisa. Duarte opta pela memória, para resolver o problema desse modo de afecção que está presente na ideia e que conduz aos juízos de probabilidade. No entanto, essa solução nos parece um pouco apressada, porque a imaginação, orientada pelo hábito, também pode ser fonte de hipóteses prováveis e, por conseguinte, de juízos. A correlação entre imaginação, memória e hábito parece ser bastante intrincada, exigindo extenso desenvolvimento para ser explicitada de forma convincente. Contudo, o êxito do autor, ao confrontar as reflexões de Tomás de Aquino e Hume, se patenteia ao mostrar como Hume introduz um novo elemento do assentimento, o sentimento, em face de dois *loci* clássicos da teoria tradicional do juízo, a vontade e a inteligência.

O terceiro capítulo examina um problema metafísico, referente ao “valor do conhecimento”. Embora genérica, esta expressão designa o confronto que o autor estabelece entre o realismo de Tomás de Aquino e o ceticismo de Hume e as respectivas irredutíveis posições de cada teoria em face do problema da verdade.

Duarte principia a primeira parte desse capítulo examinando a pertinência da questão que propõe e as bases da teoria da verdade em Tomás de Aquino (p. 191-201). A apreciação dessa teoria se desdobra, na sequência, a partir da análise de três elementos: a posição do realismo filosófico, a relação cognitiva entre coisa e objeto e a teoria do erro na reflexão tomista (p. 201-213). Mediante esse trajeto, o autor procura examinar a correlação entre teoria da abstração e teoria do juízo, e as implicações disso para que possa ser concebido o ser intencional da ideia em Tomás de Aquino. O ciclo então se fecha, ao se examinar, em face do problema da verdade, o problema do erro. O erro apresenta-se como um momento da teoria da verdade, e manifesta-se quando a vontade se antecipa ao intelecto e precipita o assentimento. O erro ocorre então no juízo, mas não por uma falha do intelecto, porque há uma vocação natural do intelecto para executar a operação de adequação que conforma a verdade. Ele é, portanto, um “decaimento”, uma operação que, em virtude de algum grau de desregramento psicológico, ficou incompleta ou foi levada a cabo de modo precipitado.

A segunda parte deste capítulo, à primeira vista bastante arriscada, procura examinar o valor do conhecimento e o problema da verdade no pensamento de David Hume. Esse passo da tese de Duarte está arrimado na Parte IV do Livro I do *Tratado da natureza humana*, intitulada “Do ceticismo e outros sistemas filosóficos” (p. 214). A análise cinge-se, particularmente, aos argumentos apresentados na Seção II, intitulada “Do ceticismo quanto aos sentidos”. Inicialmente, o autor examina o grau de radicalidade do ceticismo humiano e estabelece alguns parâmetros para demarcar a crítica da razão<sup>4</sup> (p. 214-221). Em seguida, examina a posição cética de Hume em relação à existência do mundo externo. Para demarcá-la, percorre o seguinte trajeto: acolhe a crença em relação aos objetos do mundo exterior e examina a sua fonte, ou seja, quem pode tê-la produzido. São descartados, como fontes, os sentidos e a razão, e a imaginação é acolhida por conter os procedimentos que melhor se coadunam com o modo de sentir que designamos crença<sup>5</sup> (p. 221-229). O autor conclui esse trajeto com um *topos* clássico do comentário de Hume: a soberania das paixões sobre a razão. Desse modo, toda proposição é resolvida por um assentimento que é acionado por um vívido sentimento e não pela límpida luz do intelecto (p. 230-233).

Encerra o livro uma pequena conclusão, destituída de qualquer espírito de síntese. O escopo do argumento é a radical separação entre duas teorias que têm aparentemente em comum o mesmo ponto de partida: os dados sensíveis. Se podemos dizer aparentemente, é porque Duarte mostra como Hume parte de uma psicologia das percepções e Tomás de Aquino

---

<sup>4</sup> Todo trabalho especializado é forçosamente lacunar. Queremos, com essa observação, apenas ressaltar que a crítica da razão é aqui empregada no sentido de uma possível e genérica faculdade humana. O próprio Hume emprega esse termo carregado de forte ambigüidade, sem nunca nos deixar saber claramente se se trata de uma ideia vazia ou de uma frágil faculdade humana. Esse problema circula entre os comentaristas sem nunca alcançar solução satisfatória, porque ela é insatisfatória no próprio texto de Hume.

<sup>5</sup> Por isso afirmamos acima que a relação entre memória e imaginação é intrincada no âmbito do que Hume denomina crença. Vejamos. Na página 174, Duarte indica ao leitor como pode ser resolvido o problema da intensidade da ideia recorrendo-se às operações da memória. Aqui, na segunda parte do terceiro capítulo, o problema da intensidade produzido pela crença é resolvido por meio da imaginação.

de uma metafísica da abstração. Essa posição de base situa os dois sistemas como antípodas, quando, num segundo momento, se examina a relação da ideia com o seu referente. Em Tomás de Aquino, o ser da ideia guarda uma conexão ontológica com o ser da coisa acolhida pelo pensamento. Em David Hume, o mundo da percepção permanece como uma cópia, que jamais conserva qualquer vínculo necessário com o dado original.

Transformada em livro, essa quase sexagenária tese de Duarte é um convite bastante atual para que o leitor examine, sem o abuso da síntese precoce, a contraposição entre os sistemas cognoscitivos de Tomás de Aquino e David Hume.

*Data de registro: 29/09/2010*

*Data de aceite: 15/02/2011*